

REVISTA

digital

Ano 3 – nº 4 – 1º semestre 2011

Uma publicação do Instituto Nacional de
Tecnologia da Informação – ITI



**Certificação Digital:
Uma Década de Avanços**



INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DIRETOR-PRESIDENTE
Renato da Silveira Martini

**DIRETOR DE INFRAESTRUTURA
DE CHAVES PÚBLICAS**
Maurício Augusto Coelho

**DIRETOR DE AUDITORIA,
FISCALIZAÇÃO E NORMALIZAÇÃO**
Pedro Paulo Lemos Machado

SEDE
ITI – Instituto Nacional de
Tecnologia da Informação
SCN Quadra 4, Bloco B, Ed. Centro
Empresarial Varig, Sala 402,
4º Andar – Brasília/DF
CEP 70714-900
Fone/FAX: (61) 3424-3850
www.iti.gov.br

PRODUÇÃO
Plugar Brasil Produções
SHIN – CA 09 – Lt 13/15 – SALA 509
LAGO NORTE
(61) 3034-8737
plugar@gmail.com

COORDENAÇÃO EDITORIAL – ITI
Denise Direito

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Mari-Angela Herédia
MTb: 2630/10/71 – MG

REPORTAGEM
Fernando Barros, Mari-Angela Herédia e
Vânia Oliveira

PROJETO GRÁFICO
Eduardo Gregório

CAPA e DIAGRAMAÇÃO
Ana Kléa Moraes

GRÁFICA
CTIS PRINTING CENTER

1º semestre de 2011

*As matérias podem ser reproduzidas,
se mencionadas as fontes.*



Sumário

ICP Brasil completa 10 anos

Os avanços e benefícios da certificação digital no País.

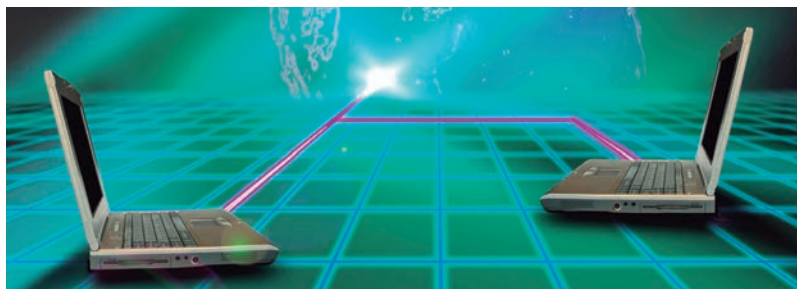
Pág. 6



Conectividade Social ICP

Caixa Econômica Federal adota o padrão ICP-Brasil para acesso ao sistema

Pág. 12



9º CertForum

Homenagens e relato de experiências nas etapas de Recife e Florianópolis

Pág. 16

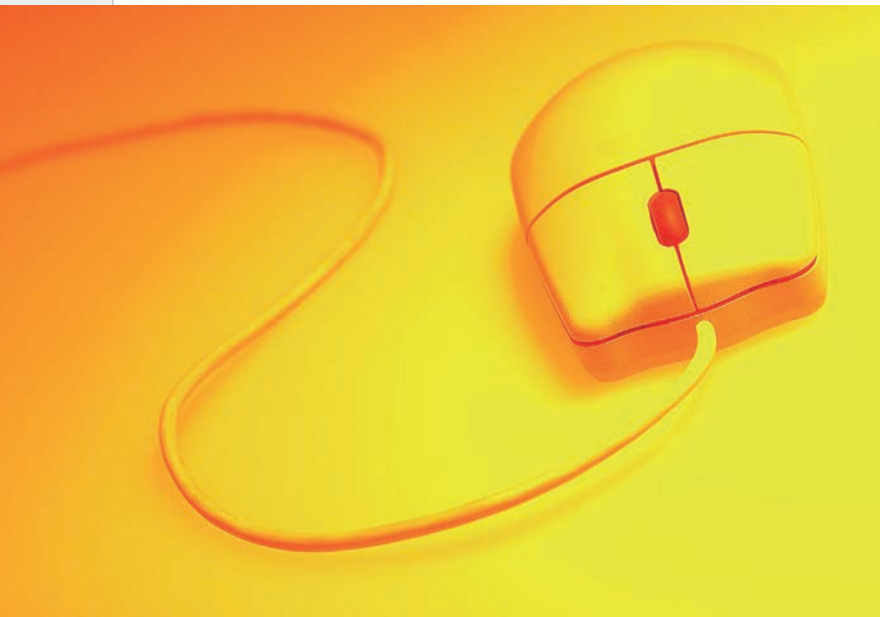
| | | | | | |
|---|-----------|----|------------|----|--------|
| 4 | E-MAILS | 14 | ENTREVISTA | 25 | ARTIGO |
| 5 | EDITORIAL | 24 | TECNOLOGIA | | |

Cidadania Digital para todos

Começa a implantação do projeto-piloto do Registro de Identidade Civil (RIC)

Pág. 22





AUTORIDADE DE REGISTRO

Gostaria de saber o que é preciso fazer para uma empresa se tornar Autoridade de Registro?

Luciano Soares

Brasília-DF

Resposta – Para tornar-se uma Autoridade de Registro é preciso ser órgão ou entidade de direito público ou pessoa jurídica de direito privado além de estar em dia com as obrigações tributárias e encargos sociais. Depois, é imprescindível atender às diretrizes e normas técnicas da ICP-Brasil relativas à qualificação técnica aplicáveis aos serviços a serem prestados. No caso de solicitação de credenciamento para o início das atividades como Autoridade de Registro (pessoa jurídica), a interessada deverá postular o seu credenciamento de acordo com o DOC-ICP-03, aprovado pela Resolução do CG ICP-Brasil nº 40, de 18 de Abril de 2006, e suas alterações, e se submeter à auditoria pré-operacional pelo ITI. Essas normas estão disponíveis no site do ITI: <http://www.iti.gov.br>.

CONECTIVIDADE SOCIAL

Como emitir o Certificado Digital da ICP-Brasil para utilizar no Conectividade Social?

Bruna Morgante

Osasco-SP

O Conectividade Social é o canal de comunicação entre a Caixa e as empresas que recolhem o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). O uso do canal Conectividade Social é obrigatório para transmissão do arquivo SEFIP. Em maio deste ano, a Caixa lançou o Conectividade Social ICP e para utilizá-lo é preciso ter um certificado digital emitido por uma autoridade certificadora credenciada pelo ITI. Para obter esse certificado, acesse a página www.iti.gov.br e consulte a lista das autoridades certificadoras, escolha a sua e entre em contato para a emissão do certificado digital.

Se uma determinada empresa teve que obter o certificado digital para emitir nota fiscal eletrônica (NF-e), ela pode utilizar esse mesmo certificado para utilizar o Conectividade Social ICP?

Antônio Marcos dos Santos Conde

Duque de Caxias-RJ

Uma das premissas da certificação digital é a interoperabilidade, ou seja, um mesmo certificado digital deve funcionar em qualquer aplicação que utilize certificação digital padrão ICP-Brasil. A emissão de NF-e, declaração do imposto de renda e o Conectividade Social, entre outras iniciativas, funcionam com o mesmo certificado digital. Portanto, não há obrigatoriedade de ter um certificado para uso exclusivo no Conectividade Social.

A EVOLUÇÃO DA ICP-BRASIL

O avanço tecnológico no final dos anos 90 e o uso crescente das vias digitais como suporte para as transações comerciais, bancárias e mesmo de relacionamento entre pessoas e instituições demandou a necessidade da existência de mecanismos que dessem segurança, confidencialidade e, em alguns casos, validade jurídica para essas transações.

A instituição da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, por parte do Governo Federal, há dez anos, por meio da Medida Provisória 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, veio atender essa necessidade da sociedade brasileira. Prova disso, são os números da ICP. Atualmente, são emitidos um milhão de certificados por ano. As Autoridades Certificadoras credenciadas de primeiro e segundo nível chegam hoje a 45. As Autoridades de Registro saltaram de apenas 12, em 2002, para 389 este ano. O mesmo ocorreu com as instalações técnicas físicas e de ARs lógicas, que chegaram a 885 e 1602, respectivamente, no mês de março deste ano.

A tendência é que esse crescimento se torne mais acelerado à medida que outras aplicações e usos sejam implementados por empresas e pelo setor público. Nessa edição, o histórico da ICP mostra como a desmaterialização de processos vem alterando paulatinamente as relações de prestação de serviço, além de abordar o advento de benefícios inicialmente pouco perceptíveis como o impacto positivo no meio ambiente.

De igual forma, a Caixa Econômica Federal aparece, este ano, como uma das mais importantes iniciativas, ao adotar o uso do certificado digital padrão ICP-Brasil no Conectividade Social. Isso significa que o empresariado brasileiro conta com um único certificado para facilitar a sua relação com entidades governamentais, já que o mesmo certificado que lhe permite transacionar com o fisco, agora viabiliza todos os trâmites relacionados ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

Outra iniciativa que aponta para a consolidação da ICP-Brasil é a boa receptividade do Certforum, evento realizado pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação nos últimos nove anos. Um grande caminho foi percorrido desde o primeiro evento, em 2003, que reuniu menos de 100 pessoas em Brasília, para a sequência de pelo menos quatro eventos anuais, em praças diferentes, como Recife, Florianópolis, Rio, entre outras. A iniciativa conta com o apoio de instituições variadas, tanto as vinculadas ao meio acadêmico, como as do setor produtivo e, também, de prestação de serviços públicos.

A proposta desta edição é trazer um panorama do crescimento desses primeiros dez anos da ICP-Brasil. Uma ideia inovadora que tornou-se um paradigma para muitos outros países.

Boa Leitura!





ICP-BRASIL: 10 ANOS DE AVANÇOS



UMA IDEIA INOVADORA

Em 10 anos de existência, a ICP-Brasil atingiu os objetivos de criar um sistema nacional de certificação digital que abrange todo o território nacional e ter a interoperabilidade que permite o uso da mesma identidade eletrônica para diversas aplicações. Novos desafios virão e é preciso estar preparado para eles, como observa o presidente do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, Renato Martini:

“Quem vive no século XXI tem de se acostumar com as mudanças, pois os costumes mudaram muito e numa velocidade brutal. As instituições precisam acompanhar as novas tecnologias. A Casa da Moeda, por exemplo, tem 400 anos, e é

a nossa última AC credenciada na ICP-Brasil. Hoje em dia é preciso conhecer criptografia, pois daqui a 100 anos ninguém mais vai usar nota de papel. Mesmo hoje só se usa se quiser, porque é possível fazer tudo com moeda eletrônica”.

Para a gerente executiva da Unidade de Gestão de Segurança do Banco do Brasil, Francimara Viotti, o modelo da ICP-Brasil está se consolidando e é muito importante para o País. “É uma cadeia de confiança que estabelece um conceito de que aquilo que está dentro da hierarquia tem validade jurídica e é confiável. Possibilita a certificação cruzada e garante a portabilidade do certificado, eliminando custos”.

“Quem vive no século XXI tem de se acostumar com as mudanças, pois os costumes mudaram muito e numa velocidade brutal. As instituições precisam acompanhar as novas tecnologias”.

Renato Martini – Presidente do ITI



A AMPLITUDE SOCIAL DA ICP-BRASIL

Mais que um avanço científico, a certificação digital é uma aplicação de caráter social, que permite maior segurança, redução de custos operacionais, aumento de produtividade e economia de tempo, entre outros.

A maioria dos cidadãos ainda não conhece bem a certificação digital, mas está prestes a ter acesso a uma tecnologia moderna, segura, que proporciona confiabilidade nas interações com diversos serviços e aplicações do governo. Um dos instrumentos para a massificação do uso da certificação digital e consequente redução do custo do certificado no Brasil é o Registro de Identidade Civil – RIC. O projeto começa a ser implantado este

ano, numa experiência-piloto que deve atingir dois milhões de cidadãos, e terminar em 10 anos com 150 milhões de identidades.

“A nossa percepção, o nosso desejo é que a tecnologia da certificação digital possa chegar ao cidadão pela nova identidade brasileira. É um processo que está em construção, mas acreditamos nele para preencher a lacuna existente hoje na ICP-Brasil, que é fazer a tecnologia chegar ao cidadão comum, pois do ponto de vista da empresa, do segmento econômico, a certificação já é vitoriosa”, diz o presidente do ITI. Ele acredita que, dependendo dos avanços do processo de inclusão digital do País, a certificação digital poderá crescer muito nos próximos cinco, seis anos.

Indiretamente, no entanto, os brasileiros são beneficiados com as aplicações usadas. O dia a dia do cidadão já não é o mesmo com a certificação digital. Os serviços bancários do País estão entre os mais evoluídos do mundo. O processo eletrônico rompeu com o paradigma de morosidade do Judiciário. As aplicações também se desenvolvem nas áreas fiscal, contábil, saúde, educação e toda uma gama de serviços que estão entrando na rede ICP-Brasil. Poucos, no entanto, conhecem as vantagens de ser usuário individual da certificação digital, como a obtenção de informações relativas ao imposto de renda, por exemplo, sem precisar sair de casa. Mas assim como outras tecnologias, é certo que em pouco tempo estará presente nas atividades rotineiras da população.

“Hoje nós sabemos que o acesso à Internet não é mais uma barreira como tantos pensavam. As *lan houses*, antes mesmo das iniciativas governamentais, conseguiram levar a democratização da internet às populações mais carentes”, avalia o presidente da Agência Estadual de Tecnologia da Informação de Pernambuco (ATI), Joaquim Costa Júnior. Em sua opinião, o RIC aliado à democratização da internet, além do plano nacional de banda larga que vai levar a rede a muito mais residências

ASCOM/BB



e lugares, tornará possível a massificação do uso da certificação, mas para isso é preciso se antecipar, colocar os serviços a disposição dos cidadãos.

Para Francimara Viotti, no momento em que cada cidadão brasileiro tiver um certificado e puder assinar qualquer coisa no mundo eletrônico, inúmeras novas aplicações deverão surgir. Os beneficiários do INSS, por exemplo, não precisariam mais ir ao banco, cadastrar senhas. “É só entrar com o documento e se identificar com ele. Isso tudo ajuda a reduzir o custo Brasil”.

“No momento em que cada cidadão tiver um certificado digital e puder assinar qualquer coisa no mundo eletrônico, inúmeras novas aplicações deverão surgir”.

Francimara Viotti – Gerente-executiva da Unidade de Gestão de Segurança do BB

NOTA FISCAL ELETRÔNICA

Um dos grandes responsáveis pela intensificação do uso da tecnologia da certificação digital foi o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), da Receita Federal, responsável, entre outros projetos, pela Nota Fiscal Eletrônica (NF-e).

Os números impressionam: até o final de maio eram mais de 2,5 bilhões de NF-e emitidas em todo o País, por mais de 600 mil empresas, em um montante superior a R\$ 75 trilhões.

“O projeto da NF-e incentivou o uso da certificação digital no País. Isso foi possível pelo pioneirismo do ITI neste tipo de tecnologia. Quando participamos de fóruns internacionais, vemos que muitos países não podem avançar no assunto porque não têm uma instituição similar. Foi essa tecnologia que possibilitou a validade jurídica dos documentos no âmbito do SPED e deslançou o processo”, observa o supervisor geral do SPED na Receita Federal, Carlos Sussu-mo Oda.

A emissão da NF-e começou em 2006, com a participação de 19 empresas em um projeto-piloto. Em 2008, passou a ser obrigatória para empresas de combustíveis e cigarros. A partir de 2011, todas as empresas que emitem a nota fiscal modelo 1 (de comércio entre pessoas jurídicas) só podem usar a NF-e. “Se emitir em papel não tem validade jurídica”, garante Carlos Oda.

A Souza Cruz, primeira empresa a emitir NF-e no País ainda no projeto-piloto da Receita, registra hoje uma média de 55 mil NF-e por dia. De acordo com a gerente de projetos de TI, Rosely Chaolen, a certificação digital é usada em todos os serviços exigidos pela Receita Federal e demais órgãos governamentais.

A sociedade também ganha com o aumento do poder de fiscalização do Estado com a NF-e. “Antigamente, só se podia ter acesso às notas fiscais mediante intimação e visita ao contribuinte. Hoje as informações estão previamente disponíveis”, conclui Carlos Oda.

MEIO AMBIENTE

O fim das notas fiscais em papel representa ganhos para a sociedade e o meio ambiente que ainda estão sendo dimensionados. A Souza Cruz, por exemplo, estima que a economia da empresa com papel evita o corte de cerca de mil árvores por ano. O supervisor do SPED diz que existem cálculos sugerindo que a emissão de um bilhão de NF-e equivale a quatro bilhões de folhas padrão A4, o que corresponderia a quase 500 mil árvores. Com o total de notas eletrônicas já emitidas, o Brasil teria deixado de cortar mais de um milhão de árvores para este fim.

Em geral, os documentos eletrônicos economizam, além de papel, insumos para impressão, serviços de cartório e de motoboy, transporte e armazenagem. Mas existem estudos, segundo Carlos Oda, que o maior ganho pode ser a economia de água na produção de papel nos projetos de reflorestamento.

O Coordenador do Programa Amazônia do WWF-Brasil, Mauro Armelin, lembra que no Brasil, a produção de papel vem principalmente de fontes madeireiras plantadas, diferente do desmatamento em busca de madeira nobre para a produção moveleira e abertura de áreas para agropecuária que ocorre nas florestas nativas da Amazônia. “Mas todos devemos ter consciência sobre a importância de usarmos menos papel. Atitudes conscientes e coerentes ajudam a preservar a natureza”.

A adoção da tecnologia provocou mudanças em alguns setores que precisaram buscar novas soluções, como as gráficas, por exemplo. “60% do nosso faturamento vinha das notas fiscais, em especial do modelo A1. Com a mudança para a NF-e tivemos de procurar outros nichos como a impressão de panfletos, receiptários especiais, etc”, diz Valmir Dias da Paz, sócio da Gráfica Nacional, em Brasília.

O Diário Oficial da União também sentiu os efeitos do uso da certificação digital, especialmente quando o Diário da Justiça deixou de circular em papel, em 2006. “O Diário Oficial chegou a ganhar o prêmio Guinness como o maior jornal do mundo,



“O projeto da NF-e incentivou o uso da certificação digital no País. Isso foi possível pelo pioneirismo do ITI neste tipo de tecnologia”.

Carlos Sussumo Oda - Supervisor geral do SPED na Receita Federal

com 5.000 páginas. Dos antigos 50 mil exemplares em papel, hoje imprimimos menos de 10 mil”, informa o coordenador da área de editoração, Alexandre Miranda Machado. Ele destaca, no entanto, os ganhos em agilidade na produção editorial dos atos dos Poderes da República e a instantaneidade da informação em todo o País, propiciada pelo Diário Eletrônico.

IMPOSTO DE RENDA SEM PAPEL

O ano de 2011 marcou o fim da era do papel na Declaração Anual do Imposto de Renda. Embora poucos contribuintes usassem o meio para a entrega – em 2010 foram 65,2 mil declarações num universo de 24 milhões – a exigência feita pela Receita pode ser considerada um avanço, principalmente pelos problemas causados pelo papel. “Em 2010, metade dos contribuintes teve de refazer a declaração entregue em papel, e isso só pode ser feito pela Internet”, explica o supervisor nacional do Programa de Imposto de Renda, Joaquim Adir.

ASCOM/RFB



Quem mais acessa hoje com certificado digital é o contribuinte com maior patrimônio... Muitas pessoas ainda não sabem das vantagens do uso da certificação digital”.

Joaquim Adir – supervisor nacional do Programa de Imposto de Renda

O programa disponibilizado pela Receita na Internet não deixa passar erros, enquanto as informações em papel têm de ser transcritas no sistema e entrar na base de dados, o que se torna um problema em função de dados ilegíveis e cálculos errados. “A declaração em papel não tem qualidade”, afirma Adir. Ele acredita que os cidadãos incluídos na faixa salarial obrigada a declarar o IR tem alguma forma de acesso à Internet, por isso a transição foi tranquila.

As declarações com certificado digital ainda são poucas, em torno de 20 mil, mas o supervisor acredita que, com a evolução do uso da tecnologia e a redução do preço, deverá haver uma mudança no perfil do contribuinte. “Quem mais acessa hoje com certificado digital é o contribuinte com maior patrimônio, que tem necessidade de outras informações da Receita. Muitas pessoas ainda não sabem das vantagens do uso, como pegar cópias de declarações anteriores e ter informações sobre as fontes pagadoras sem sair de casa”.

O FUTURO DA ICP-BRASIL

As aplicações em certificação digital vão crescer cada vez mais, e o Brasil, por meio da ICP-Brasil, tem de estar preparado para isso. “Temos de estar sempre muito atentos à evo-

ICP-BRASIL EM 10 ANOS

2001

- ✓ Criação da ICP-Brasil

2002

- ✓ 10 Autoridades Certificadoras – ACs
- ✓ 12 Autoridades de Registro – ARs
- ✓ Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB)

2003

- ✓ 15 ACs
- ✓ 18 ARs
- ✓ 1º CertForum
- ✓ Aprovados os padrões de hardware e software para ICP-Brasil
- ✓ ITI autoriza a primeira empresa de auditoria independente

2004

- ✓ 17 ACs
- ✓ 28 ARs
- ✓ 2º CertForum
- ✓ Assinatura digital nos contratos de câmbio
- ✓ Inaugurado LSI-TEC, o primeiro laboratório de homologação
- ✓ ITI e UFSC firmam parceria técnica
- ✓ TSE adota certificação digital para conferência das urnas
- ✓ ProUni adota certificação digital padrão ICP-Brasil

2005

- ✓ 22 ACs
- ✓ 40 ARs
- ✓ 3º CertForum
- ✓ Começa homologação de sistemas e equipamentos
- ✓ AC-JUS adotada para todos os tribunais superiores e o STF
- ✓ e-Ping: interoperabilidade no governo eletrônico

lução tecnológica da ICP-Brasil, aos novos usos, à evolução dos algoritmos criptográficos e de todo o hardware envolvido no processo. O desafio para o ITI hoje é estar no estado da arte dessa tecnologia”, assegura o presidente do ITI, Renato Martini.

Em 2011, o Instituto pretende acompanhar de perto o programa Conectividade Social, da Caixa Econômica Federal que, desde maio, passou a usar o certificado digital padrão ICP-Brasil. E continuar com o trabalho de credenciamento de ACs e ARs que cresceu muito nos últimos dois anos. “Muitas instituições públicas e privadas acabaram aderindo à ICP-Brasil para poder vender o certificado e isso exige um grande esforço de monitoramento do ITI, porque ele credencia, audita e fiscaliza”, comentou Martini.

Para Francimara Viotti, a perenidade da ICP-Brasil está no modelo de gestão. Um comitê gestor com representantes da sociedade civil, que discutem a tecnologia dentro dos seus contextos é assessorado por um comitê técnico executivo que está sempre fazendo análises técnicas. “É um sistema vivo que só tende a amadurecer cada vez mais”. **digital**

AUDITORIA, FISCALIZAÇÃO E NORMALIZAÇÃO: A CHAVE DA CONFIANÇA

Os modelos e metodologias de auditoria e fiscalização da ICP-BRASIL, juntamente com as práticas legais/jurídicas e adoção de plataformas abertas como o Projeto João de Barro, por exemplo, chamam a atenção de vários países, segundo o diretor Pedro Paulo Lemos Machado. “Onde temos acordos de cooperação técnica, todos querem saber como estes aspectos funcionam, principalmente em relação às normas, padrões e melhores práticas internacionais”.

O diferencial brasileiro, ao adotar o uso de uma estrutura hierárquica para a Autoridade Raiz Brasileira, segundo ele, é a disseminação do uso da certificação e assinaturas digitais em diversas aplicações. Outro aspecto importante é a observância de normas, padrões e melhores práticas, nacionais e internacionais, nesta grande diversidade. As atividades de auditoria, fiscalização e a conformidade com os aspectos jurídicos são o diferencial da ICP-Brasil em relação às soluções adotadas em outros países.

Na área de auditoria da ICP-Brasil, a determinação desde a sua criação, foi a adoção de credenciamento de empresas de auditoria especializada e independente e de órgãos de auditoria interna de Autoridade de Registro (AR), no caso de empresas que os possuam, por força de lei, para complementarem os trabalhos da equipe interna de auditoria da Autoridade Certificadora Raiz, o ITI.

Após estes dez anos de funcionamento, está em fase final o desenvolvimento de sistemas que permitem as atividades de auditoria e de fiscalização à distância. Assim, será possível verificar se as Autoridades Certificadoras, as Autoridades de Carimbo de Tempo e as Autoridades de Registro, credenciadas à ICP-Brasil, estão cumprindo as políticas e práticas autorizadas e aprovadas, sem a necessidade do deslocamento físico de um auditor do ITI.

A chave da cadeia de confiança de toda a operação da ICP-Brasil está na observância rigorosa das normas, visando a interoperabilidade e a aplicação da segurança das informações. A Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização – DAFN é bastante exigente em suas atividades ao seguir as orientações do Comitê Gestor da ICP-Brasil.

2006

- ✓ 29 ACs
- ✓ 65 ARs
- ✓ Lançamento da NF-e
- ✓ 4º CertForum
- ✓ 5 anos ICP-Brasil
- ✓ Compras Net adota a certificação digital

2007

- ✓ 32 ACs
- ✓ 86 ARs
- ✓ STF lança Diário da Justiça Eletrônico
- ✓ 5º CertForum
- ✓ Emissão de passaporte com certificado digital

2008

- ✓ 34 ACs
- ✓ 138 ARs
- ✓ 6º CertForum
- ✓ Lançamento do SPED contábil

2009

- ✓ 36 ACs
- ✓ 191 ARs
- ✓ 7º CertForum
- ✓ Registro de Imóveis passa a ser eletrônico

2010

- ✓ 41 ACs
- ✓ 319 ARs
- ✓ Mais de um milhão de certificados digitais emitidos no ano
- ✓ Lançamento do RIC
- ✓ Casa da Moeda como AC da ICP-Brasil
- ✓ 8º CertForum
- ✓ NF-e obrigatória para todos os segmentos

2011

- ✓ 45 ACs*
- ✓ 389 ARs
- ✓ Conectividade Social da Caixa adota padrão ICP-Brasil
- ✓ 9º CertForum
- ✓ 10 anos da ICP-Brasil

*estimativa

CONECTIVIDADE SOCIAL ICP

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL INSTITUI A CERTIFICAÇÃO DIGITAL PADRÃO ICP-BRASIL COMO FORMA EXCLUSIVA DE ACESSO AO CONECTIVIDADE SOCIAL PELA INTERNET

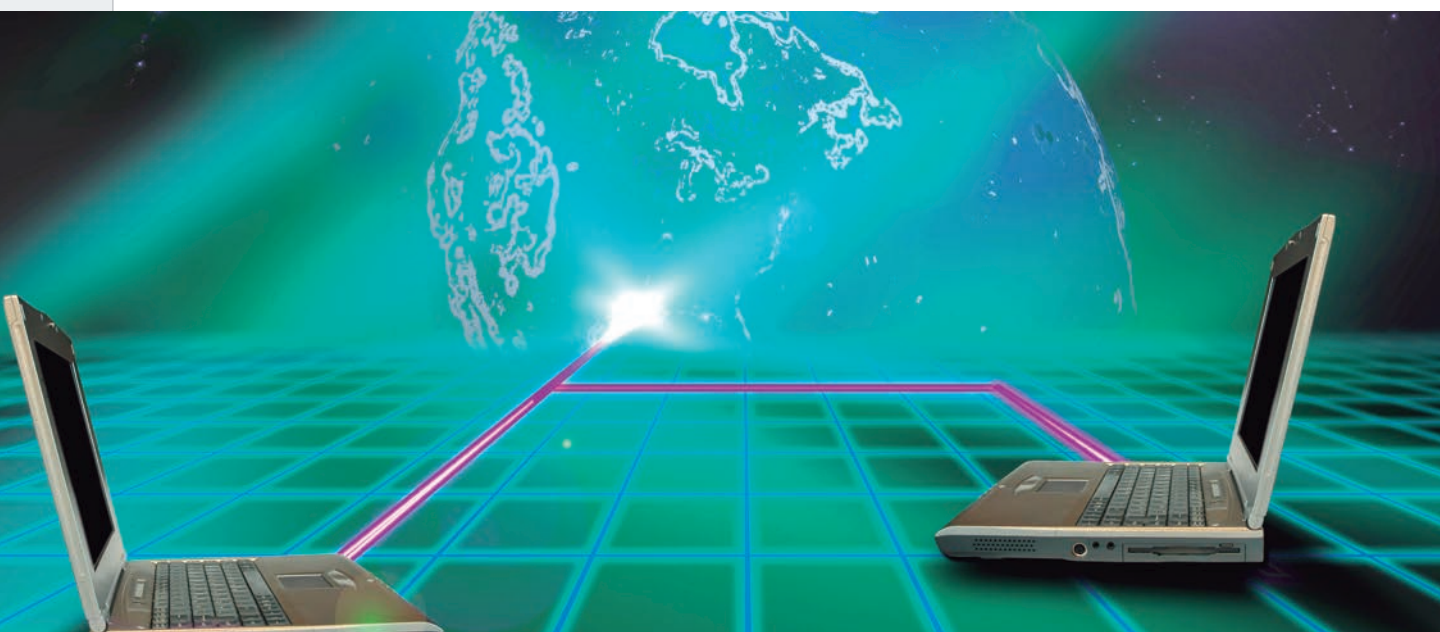
Até o final de 2011, todas as empresas que tenham pelo menos um funcionário deverão estar aptas a utilizar a certificação digital padrão ICP-Brasil para acessar o Conectividade Social da Caixa, canal de relacionamento para o envio de informações e consultas ao cadastro do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras obrigações sociais. A circular nº 547 da CEF, publicada no Diário Oficial da União em 25 de abril, estabeleceu o prazo de 2 de maio a 23 de dezembro de 2011, para que as empresas se adaptem à exigência.

A versão do Conectividade Social que vinha sendo utilizada até então, com certificado próprio da Caixa, ficará disponível até 31 de dezembro, quando todas as empresas passarão a usar o cer-

tificado ICP-Brasil, obtido em qualquer Autoridade Certificadora.

O gerente nacional de Passivos do FGTS da Caixa, Henrique José Santana, explica que o sistema foi desenvolvido para ser compatível com o uso de certificados eletrônicos emitidos por quaisquer empresas credenciadas junto ao Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI). Quem já possui um poderá usá-lo para acessar o Conectividade Social. "A Caixa, com base na circular 547, orienta a massificação do uso desse novo canal e oportuniza a todos os usuários se habilitarem ao uso da nova ferramenta até dezembro de 2011".

"Talvez seja a última grande aplicação brasileira que ainda não estava no mundo ICP", observa



o vice-presidente de Relações Institucionais da AC CertiSign, Julio Cosentino. “Com a medida, a ICP-Brasil ganha 100% de interoperabilidade no País”.

Criado inicialmente para atender às necessidades dos clientes do FGTS, o Conectividade Social sustenta, atualmente, a troca de informações relativas ao Seguro Desemprego, frequência escolar da Bolsa-Família e pagamento do PIS, dentre outros serviços sociais. Para o gerente Henrique José Santana, as melhorias implementadas vão beneficiar a todos os usuários do canal, em especial as empresas com gestão descentralizada, os escritórios de contabilidade e os magistrados.

Além do prazo maior – até dezembro – as micro e pequenas empresas deverão ser beneficiadas com a redução do preço do certificado digital. “Temos conversado muito com as ACs no sentido do barateamento do certificado para essas empresas”, diz o presidente do ITI, Renato Martini. Júlio Cosentino avalia que a redução no preço poderá chegar a 50% para as micro e pequenas empresas. A orientação da Caixa, segundo Henrique Santana, é que o empregador realize um levantamento prévio dos preços praticados no mercado e opte por aquela Autoridade Certificadora que lhe ofereça melhor relação de custo/benefício. **digital**

“PADRÃO ICP-BRASIL SERÁ DETERMINANTE PARA O PATAMAR DE EXCELÊNCIA DESEJADO COM O CONECTIVIDADE SOCIAL”

FÁBIO FERREIRA CLETO – VICE-PRESIDENTE DE FUNDOS E LOTERIAS DA CAIXA

O que a Caixa espera com o uso do certificado digital padrão ICP-Brasil?

Fábio Cleto: Observados os preceitos contidos na MP 2.002/2001, o intuito principal é oferecer mais segurança e comodidade aos usuários no acesso ao Conectividade Social. Esse canal possui, atualmente, mais de 3,2 milhões de usuários, que o utilizam mensalmente, prestando informações para o FGTS ou aquelas de interesse da Previdência Social. A busca por tornar esse canal cada vez mais moderno, nos levou a fazer vários eventos de prospecções, análise, desenvolvimento e testes das novas aplicações. Tudo isso, como forma de oferecer um canal seguro e de fácil operação. A utilização massificada de certificados eletrônicos, no padrão ICP, será fator determinante para o alcance do elevado patamar de excelência que buscamos atingir com o novo Conectividade Social.

Qual a tecnologia usada no desenvolvimento da ferramenta?

Fábio Cleto: O novo canal nasce em uma estrutura fortemente sustentada, em funcionalidade de acesso seguro, pela plataforma WebService (internet) única. Essa iniciativa elimina a necessidade de uso, pelo empregador, de vários aplicativos e de constantes atualizações de versões.

Que serviços serão abrangidos pelo Conectividade Social ICP?

Fábio Cleto: Na cesta de serviços eletrônicos já disponíveis, destacam-se, dentre outros, o envio mensal de recolhimento do FGTS (SEFIP/GFIP), a operacionalização do recolhimento rescisório, a comunicação de afastamento dos empregados, a consulta de saldo e extrato do FGTS, o módulo de procuração eletrônica, o envio de mensagem institucional e a manutenção de dados cadastrais dos trabalhadores. Estão previstos ainda, para este ano, os serviços de consulta de impedimentos, emissão do CRF- Certificado de Regularidade do FGTS, geração de documento de liquidação de débitos e parcelamento.



UM NOVO PORTAL PARA O CIDADÃO

O SECRETÁRIO DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DELFINO DE SOUZA, ANUNCIA O LANÇAMENTO DE UM PORTAL DE SERVIÇOS DO GOVERNO FEDERAL

ASCOM/SIT



Além do novo portal de serviços, todos os dados públicos da administração federal deverão estar acessíveis num único local: o Portal Brasileiro de Dados Abertos, a ser lançado até o final do ano. Ele deverá ser o ponto de acesso central do cidadão e do próprio governo aos dados da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA). Segundo Delfino de Souza, o cidadão também pode esperar uma nova estrutura de gestão do programa de Governo Eletrônico Brasileiro. Um guia de serviços públicos e outros projetos para disponibilizar informações sobre documentos serão lançados. Em entrevista à REVISTA DIGITAL, o secretário disse que o Ministério do Planejamento pretende fomentar o uso de certificados digitais. Confira!

Revista Digital - Quais são os principais projetos na área de TI para a Administração Pública Federal em 2011?

Delfino de Souza - Os projetos principais

para a área de TI no governo federal envolvem ações de infraestrutura (como melhoria e expansão da rede e atualização do parque tecnológico), além da implantação de aplicativos de gestão integrada para informatização de diversos processos, buscando de forma centralizada, ou não, atender às demandas de sistemas. Isso envolve áreas de atendimento, recepção, protocolo, almoxarifado, patrimônio e outras. Também estamos atentos aos temas que envolvem a Governança de TI na Administração Federal, considerando os aspectos que permeiam o software público e a inserção deste nos projetos governamentais de TI.

Revista Digital - O que o cidadão pode esperar do governo eletrônico este ano?

Delfino de Souza - Estamos propondo uma nova estrutura de gestão do programa de Governo Eletrônico Brasileiro, buscando formas para institucionalizá-lo efetivamente. Vamos também

liberar a primeira versão do novo portal de serviços do governo federal, um guia de serviços e outros projetos que envolvem a disponibilização de informações sobre documentos. Para isso estamos desenvolvendo um ambiente de participação popular, que agregará todas as iniciativas do governo nesta área. No que se refere à padronização, vamos lançar o e-MAG 3.0 e outros padrões para o desenvolvimento de sítios, portais e e-serviços da Administração.

Revista Digital - *No 4º Congresso Internacional de Software Livre e Governo Eletrônico (Consegi), realizado em maio, em Brasília, a SLTI formalizou a infraestrutura do projeto que vai possibilitar a abertura de dados públicos da administração federal em um só portal. Como vai funcionar e em quanto tempo?*

Delfino de Souza - A Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA) é um conjunto de padrões, tecnologias e processos para publicar Dados Abertos em conformidade com os padrões de interoperabilidade de governo eletrônico (e-Ping). Não se trata, necessariamente, de uma infraestrutura física de armazenamento de dados. É uma solução lógica estruturada no uso correto dos padrões da web para manter, de forma distribuída, os dados disponibilizados para o cidadão. O Portal Brasileiro de Dados Abertos será o ponto de acesso central do cidadão e do próprio governo aos dados disponibilizados por cada produtor na INDA. Funcionará como um grande catálogo de metadados, que referencia a localização dos dados disponíveis, de forma distribuída, conforme os moldes dos exemplos internacionais. A previsão de lançamento da versão preliminar do portal é dezembro de 2011.

Revista Digital - *O que é o novo guia de serviços públicos ao cidadão?*

Delfino de Souza - O Guia de Serviços Públicos é um portal criado pelo Departamento de Governo Eletrônico do Ministério do Planejamento, que tem por objetivo padronizar, unificar e disponibilizar um catálogo de serviços prestados pelo governo aos cidadãos e empresas, as-

sim como integrá-lo às recentes iniciativas como a Carta de Serviços, instituída pelo Decreto nº 6.932/2009. O portal contará com uma interface simples e intuitiva, pensado na portabilidade para outros meios de acesso móvel, como a consul-

ta por celular, com uma organização de serviços estruturada a partir do ponto de vista do cidadão, e de acordo com as diretrizes do programa Governo Eletrônico. Ele estará disponível por meio dos endereços <http://www.servicos.gov.br> e <http://www.servicos.gov.br> (com “ç” também) e contará com informações importantes sobre cada serviço, como valores, documentos necessários, procedimentos e formas de comunicação com o Órgão prestador.

Revista Digital - *A ICP-Brasil completa 10 anos em 2011. Como o senhor avalia a certificação digital no País?*

Delfino de Souza - A ICP-Brasil é um modelo robusto, aderente aos padrões internacionais. No entanto, a massificação desta tecnologia depende de uma infraestrutura descentralizada e preço de serviços mais acessíveis, para que não fique restrita às grandes empresas, principalmente às do sistema financeiro. Os desafios para que o modelo seja expandido ao maior número possível de usuários são a expansão da capilaridade das autoridades de registro, a evolução dos sistemas de informação para que suportem a tecnologia, a redução do custo, a virtualização dos processos e, principalmente, a gestão do ciclo de vida dos certificados (emissão, revogação, suspensão e renovação). O Ministério do Planejamento vem conduzindo ações com objetivo de fomentar o uso de certificados digitais, principalmente, nos sistemas estruturantes, tendo já emitido 34.100 certificados até maio deste ano e com expectativa de dobrar este quantitativo até o final de 2012. [digital](#)



CERTIFICAÇÃO DIGITAL: 10 ANOS DE CONSOLIDAÇÃO

HOMENAGENS E DEBATES SOBRE OS CAMINHOS DA CERTIFICAÇÃO DIGITAL NO BRASIL FORAM DESTAQUES DA PRIMEIRA ETAPA DO 9º CERTFORUM, EM RECIFE (PE)

FOTOS: PLUGAR BRASIL



Representantes de várias instituições pernambucanas participam da solenidade de abertura da etapa Recife do 9º CertForum

Os 10 anos de criação da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil e os benefícios do uso da certificação digital foram os destaques da primeira etapa do 9º CertForum, realizada em Recife-PE, dia 14 de abril. Durante o evento, o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI) homenageou quatro instituições pernambucanas que apoiaram a consolidação do sistema nacional de Certificação Digital. Sete palestras abordaram os avanços da tecnologia na última década e as facilidades que a sua utilização em massa poderá trazer para a vida dos cidadãos, empresas e órgãos públicos.

A adoção do Registro de Identidade Civil (RIC) como instrumento para ampliar a cidadania digital e o uso do carimbo do tempo para garantir ainda mais segurança e confiabilidade à Certificação Digital despertaram o interesse do público. Cerca de 200 pessoas lotaram o auditório onde o evento foi realizado.

O diretor de Auditoria, Fiscalização e Normalização do ITI, Pedro Paulo Lemos Machado, iniciou as apresentações com uma retrospectiva da criação da ICP-Brasil, lembrando que a discussão sobre assinatura digital teve início em 1991. Ressaltou o uso da tecnologia a serviço da cidadania e atribuiu

o sucesso da certificação à disseminação nas áreas econômica, jurídica, de saúde e de educação, entre outras. “O modelo brasileiro de certificação digital, com uma autoridade certificadora raiz única, chama a atenção do mundo”, avaliou Machado.

Representando o presidente do ITI, Renato Martini, o diretor homenageou quatro instituições pernambucanas com a entrega de certificado em comemoração aos 10 anos da ICP Brasil. As homenagens foram recebidas por Joaquim Costa Júnior, presidente da Agência Estadual de Tecnologia da Informação (ATI), Ana Paula Serrano, superintendente de TI da Secretaria Estadual de Fazenda, Alexandre Herculano, pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco e Demócrito Ramos Reinaldo Filho, pelo Instituto Brasileiro de Direito da Informática.

Joaquim Costa Júnior disse à REVISTA DIGITAL que a ATI faz questão de apoiar a realização do CertForum em Pernambuco porque o evento é importante para a divulgação do uso da certificação digital, tecnologia que permite a automação de processos governamentais com validade jurídica. “Com ela ganha-se agilidade, transparência, e controle”. O juiz Demócrito Ramos Filho destacou o papel do ITI como uma verdadeira agência regulamentadora da certificação digital no País.

Carimbo de tempo

O coordenador de Operações do ITI, Luiz Carlos Porto, disse que a estrutura da ICP-Brasil está pronta para receber a tecnologia do carimbo de tempo, e que já estão em análise os dois primeiros processos de homologação de Autoridades de Carimbo de Tempo (ACTs). Apesar de o uso ser facultativo, Porto destacou que o carimbo de tempo oferece ainda mais confiabilidade e segurança ao documento digital. “É uma certidão digital, que recebe da Autoridade Certificadora um carimbo com o momento exato – data e hora - em que ele foi emitido. Uma prova irrefutável da existência da informação digital”.

Durante as apresentações do 9º CertForum algumas instituições como a Secretaria de Fazenda e o Tribunal de Justiça de Pernambuco demonstraram interesse em usar o carimbo de tempo. A

ATI de Pernambuco informou já ter providenciado uma ata de registro de preços de carimbo de tempo para facilitar o uso da tecnologia por qualquer secretaria ou órgão do governo.

“É o tema do momento”, avaliou o diretor do ITI Pedro Paulo Machado, acrescentando que a hora legal de Brasília, medida pelo Observatório Nacional e colocada no documento digital facilitará, inclusive, a sua aceitação por outros países.

As iniciativas do governo de Pernambuco em certificação digital foram apresentadas pelas analistas da ATI Carolina Freitas e Verlayne Rocha. Elas destacaram o projeto-piloto de automatização dos processos de concessão de licença-prêmio aos professores pernambucanos e o programa Minha Certidão, que interligou os cartórios com as maternidades e recebeu o prêmio e-gov de 2009 na categoria de serviços públicos.

O Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED) com certificação digital foi abordado pelo consultor Stefano Kubiça, que alertou para a necessidade de se conhecer o ciclo de vida dos documentos, já que a legislação que trata da informatização do processo judicial diz que os originais devem ser preservados até o trânsito em julgado da sentença, sem distinguir se o tipo da digitalização é simples, certificada, autenticada ou registrada. “Em alguns casos é possível descartar o papel após a digitalização, mas depende da necessidade. Se o documento tiver chance de cair na esfera judicial como prova daqui a alguns anos, isso pode ser um problema, pois é considerado cópia eletrônica”.

O secretário-executivo do Comitê Gestor do Sistema Nacional de Registro e Identificação Civil, Paulo Ayrán, disse que o projeto RIC deverá estar consolidado em 10 anos e tem o objetivo de oferecer uma identidade segura e única ao cidadão brasileiro. Ao ser questionado se o RIC substituiria outros documentos, como CPF ou PIS, por exemplo, afirmou que o governo optou por manter as bases próprias das instituições que deverão se comunicar com a base do Cadastro Nacional do RIC - CANRIC.

O crescimento contínuo da emissão de certificados digitais no Brasil foi ressaltado pelo representante do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), Gilberto de Oliveira Netto. “De 1.000 certificados emitidos pela AC Serpro em janeiro de 2009 saltamos para 25.000 em janeiro de 2011. E isso vem ocorrendo em todas as mais de 40 autoridades certificadoras da ICP-Brasil, contribuindo para o total de um milhão de certificados emitidos no ano passado”. Ele informou que o Serpro já adequou seu sistema para a emissão dos certificados no projeto-piloto do RIC, para a leitura

dos dados do cidadão no cartão utilizando a biometria, e vai compartilhar essa tecnologia com as demais ACs do País.

O representante da Secretaria de Fazenda de Pernambuco, Robson Godoi, lembrou que o estado foi pioneiro na relação entre o contribuinte e o fisco, usando a certificação digital em larga escala a partir de 2003. As notas fiscais eletrônicas começaram a ser emitidas em 2008. “Todos ganham com isso. 80 mil contribuintes vão poder usar sistemas eletrônicos para produzir documentos fiscais e a Secretaria da Fazenda pode exercer um controle maior”. **digital**



O diretor do ITI Pedro Paulo Machado entrega homenagem ao presidente da Agência Estadual de Tecnologia da Informação (ATI), Joaquim Costa Júnior, e à superintendente de Tecnologia da Informação da Secretaria de Fazenda de Pernambuco, Ana Paula Serrano.



Durante as palestras, Gilberto de Oliveira Netto, do Serpro, e o consultor Stefano Kubiça, que falou sobre o Gerenciamento Eletrônico de Documentos.

PELA PRIMEIRA VEZ EM FLORIANÓPOLIS, ETAPA DO 9º CERTFORUM RESSALTA A PRODUÇÃO ACADÊMICA DE SANTA CATARINA E PRESTA HOMENAGENS PELO INCENTIVO AO USO DA CERTIFICAÇÃO DIGITAL NO ESTADO



Mesa de abertura da etapa do 9º CertForum em Florianópolis

Na comemoração dos 10 anos da ICP-Brasil, Florianópolis foi sede da segunda etapa do 9º CertForum, marcada pela apresentação de experiências locais, debates sobre a implantação do Registro de Identidade Civil (RIC) e homenagens pelo incentivo ao uso da certificação digital no Estado. O diretor de Auditoria, Fiscalização e Normalização do ITI, Pedro Paulo Lemos Machado, destacou a importância de Santa Catarina como pólo nacional de produção de conhecimento voltado para a área de segurança da informação e certificação digital, e sugeriu que, a partir do ano que vem, seja realizado dentro do CertForum, em Florianópolis, um fórum específico para debates acadêmicos.

Ao entregar o primeiro troféu à Universidade Federal de Santa Catarina, representada pelo professor Edson Tadeu Lopes, o diretor do ITI ressaltou a produção de mais de 50 teses de mestrado e doutorado sobre certificação digital na instituição,

reconhecendo a sua importância na construção da ICP-Brasil. “Quando houve a consulta pública para transformar a ICP-Gov em ICP-Brasil, uma das maiores contribuições que recebemos foi um relatório com 138 páginas do Laboratório de Segurança da Computação (LabSec) da UFSC”. O grande número de estudantes presentes ao evento demonstrou a forte participação acadêmica do Estado na certificação digital no País.

O juiz João Alexandre Dobrovsky, que recebeu a homenagem em nome do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, disse que “o alegado isolamento” do Judiciário não é tão real no Estado, principalmente em função da informatização vivida nos últimos 10 anos. “Temos em Santa Catarina um só sistema processual, em 111 comarcas, com nove mil servidores capacitados que, junto aos juízes cuidam atualmente de mais de dois milhões de processos ativos”. Destacou a importância dos servidores na implantação do processo eletrônico e afirmou que o TJSC quer o melhor processo possível. “Isso passa pela segurança da assinatura digital com certificação ICP-Brasil e pelos ganhos de produtividade decorrentes da interoperabilidade dos sistemas”.

A terceira homenagem da etapa Florianópolis foi diferente, prestada não a uma instituição, mas ao professor Ricardo Felipe Custódio, supervisor do LabSec da UFSC, como reconhecimento pela sua participação efetiva não só na universidade, mas também no Comitê Gestor da ICP-Brasil – como representante da Sociedade Brasileira de Computação – e na Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP). Ricardo Custódio dedicou o troféu aos alunos de iniciação científica, mestrado e doutorado, que ao longo dos últimos 10 anos acreditaram na certificação digital e suas aplicações. Revelou que a próxima meta é implantar em Florianópolis um centro de pesquisa e inovação tecnológica em certificação digital.



O diretor Pedro Paulo Machado com os homenageados: professor Edson Tadeu Lopes, pela UFSC, juiz João Alexandre Dobrovsky, pelo TJSC e o professor Ricardo Custódio, que recebeu o troféu pelo seu trabalho no LabSec da UFSC.

HSM: parceria para desenvolvimento

O desenvolvimento do primeiro Módulo de Segurança Criptográfica nacional, homologado pelo ITI em maio, foi o tema do painel inicial de debates. A parceria entre o LabSec da UFSC, a RNP e a empresa Kryptus, fundada em 2003, por ex-alunos da Unicamp, foi a chave do sucesso para o desenvolvimento do HSM nacional, o hardware criptográfico seguro. O professor Ricardo Custódio relatou os passos iniciais para a concretização do projeto, quando propôs à RNP o desafio de desenvolver o hardware. “Expliquei que tínhamos como desenvolver o sistema, mas não o hardware. A RNP aceitou nos apoiar e tivemos a felicidade de encontrar a Kryptus para completar a parceria. Conseguimos aliar o mundo acadêmico com o mundo real, tendo como resultado o produto funcionando”.

Para o diretor de gestão da RNP, Wilson Coury, a missão agora é fazer retornar à sociedade os investimentos feitos no desenvolvimento do produto, com a abertura de novos mercados. Na avaliação de Roberto Gallo, diretor da Kryptus, à medida em que o ITI demandar novas funcionalidades, outros projetos inovadores deverão surgir. O próximo passo, se-

gundo ele, é o desenvolvimento de um *smart-card* brasileiro, que vai possibilitar “o domínio totalmente nacional da raiz às folhas da ICP-Brasil”.

“O Poder Judiciário Digital – a experiência de Santa Catarina”, foi o tema da palestra de Giovanni Moresco, diretor de Tecnologia da Informação do TJSC. Ele relatou os benefícios do processo eletrônico, como a redução dos trâmites processuais, menor uso de papel e economia de recursos, que chega a R\$ 2 milhões com insumos para cada 100 mil novos processos/ano. Disse que o Poder Judiciário do Estado investe 3% de seu orçamento em tecnologia e que a prioridade hoje é o processo digital, pela possibilidade do acesso instantâneo e simultâneo, assinatura digital, padronização e organização de rotinas, entre outras. “Quem procura o processo na internet pode visualizá-lo e verificar a assinatura digital sem precisar imprimir nenhuma peça. O advogado não precisa mais ir ao fórum e houve um enorme ganho de produtividade”.

Os representantes do ITI, Pedro Paulo Machado e Ruy Ramos, falaram sobre os 10 anos da ICP-Brasil e sobre o credenciamento das primeiras Autoridades Certificadoras de Tempo (ACTs). Ramos destacou o crescimento de 148% no uso da internet nos últimos 10 anos, e disse acreditar que

o uso do carimbo de tempo como complemento à certificação digital será bastante disseminado com a adoção do RIC. “Garantir o tempo e data exatos numa inscrição para concurso público, por exemplo, evitará qualquer conflito”.

O presidente da Associação Catarinense de Empresas de Tecnologia (ACATE), Ruy Luiz Gonçalves, falou dos 25 anos de associativismo inovador no Estado com a participação de mais de 300 empresas de tecnologia associadas.

RIC

O Registro de Identidade Civil como política pública foi abordado pela Especialista em Políticas Públicas e Assessora de Comunicação do ITI, Denise Direito. Ela explicou que, por ser uma identificação inequívoca, com um número para cada cidadão, o RIC oferece a segurança necessária para a agregação de informações sobre a sociedade e o planejamento de políticas destinadas à população. E abordou a necessidade de políticas públicas complementares para inserir o governo na realidade de virtual.

O secretário-executivo do Comitê Gestor do RIC, Paulo Ayran, avaliou as dificuldades para a implantação do RIC, em função da magnitude do projeto e do grande número de instituições envolvidas. “Estamos saindo de um modelo provinciano para um moderno”. A estimativa mais recente é de que até junho de 2012 estejam concluídas as três etapas para implantação do projeto-piloto, com a emissão de dois milhões de cartões RIC, utilizando a biometria e a certificação digital. O chefe do Departamento de Inovação Tecnológica da Casa da Moeda do Brasil, Antônio Ferreira da Silva, falou das inovações contidas no cartão RIC e dos requisitos de segurança adotados.

Universidade sem papel

“UFSC sem papel” é o projeto que a universidade pretende implantar totalmente até o final de 2011, de acordo com o professor João Batista Furtuoso, pró-reitor de Infraestrutura. Durante a

apresentação no CertForum, ele observou que apesar de a UFSC ter excelência na parte acadêmica, ainda conta com algumas deficiências na parte administrativa. Por isso, o projeto abrange a gestão de processos digitais, de materiais e almoxarifado e gestão patrimonial, onde 389 mil bens serão migrados e controlados digitalmente. Entre os benefícios estão o fácil acesso às informações, transparência e redução no tempo de atendimento aos interessados.

Telemedicina

Finalizando as apresentações da etapa Florianópolis do 9º CertForum, o professor da UFSC Aldo von Wangenheim falou do uso da Certificação Digital na medicina. A Rede Catarinense de Telemedicina começou a ser testada no Hospital Universitário há oito anos e hoje é modelo de sucesso, possibilitando agilidade nos laudos médicos e evitando o deslocamento de pacientes de cidades do interior para a realização de exames na capital. “É a maior iniciativa em telemedicina do Hemisfério Sul”, afirmou. As imagens dos exames – que têm status de documentos eletrônicos – são colocadas num portal, onde o médico acessa e dá o laudo, de qualquer lugar, a qualquer hora. Desde maio de 2005, foram realizados mais de 1,1 milhão de exames e, no mês de abril de 2011, foram feitos 52 mil atendimentos pela rede. Do total de 293 municípios de Santa Catarina, 287 participam da rede, onde estão envolvidas 360 instituições de saúde. [digital](#)



Muitos estudantes presentes na etapa Florianópolis do 9º CertForum

realizado um treinamento com os operadores dos institutos e agentes para que eles possam absorver essa nova função.

Nessa primeira etapa do trabalho uma série de instituições estão envolvidas, como os próprios Estados, o ITI, a Casa da Moeda do Brasil, o Instituto Nacional de identificação, Instituto Nacional de Criminalística, Serpro, Ministério da Justiça, Tribunal Superior Eleitoral (TSE), e o Comitê Gestor, que tem 19 representantes de vários ministérios, instituições públicas e dos institutos de identificação de cada Região do País.

Para o chefe do Departamento de Inovação Tecnológica da Casa da Moeda do Brasil, Antônio Ferreira da Silva, o RIC está conciliando o estado da arte da certificação digital com aquilo que o cidadão é, por meio da sua identificação pela biometria. “O registro já nasce com qualidade, pois o cidadão vai ao instituto de identificação, onde são geradas máscaras digitais com as pinças - que são os quatro dedos - polegar e indicador de cada mão, e isso é remetido à Casa da Moeda. Junto com esse registro, cada cidadão recebe um número único lá na base, e vai carregá-lo pelo resto da vida”.

O cartão RIC é um documento de base plástica, que tem dois chips: um com contato e outro sem contato. A parte sem contato tem as mesmas características do passaporte brasileiro (sequência de vários números) e a parte com contato traz um certificado digital tipo A3 da ICP-Brasil.

Antônio Ferreira da Silva explicou que várias empresas deverão se habilitar a produzir os cartões RIC quando o processo for aberto, após a prova de conceito com a emissão dos primeiros dois milhões de documentos. “Vai haver licitação pra isso e a Casa da Moeda também pretende concorrer para produzir os cartões”.

O RIC atende ao desejo de modernizar o sistema de identificação existente no País, em que cada Estado tem um órgão de identificação civil que emite a carteira de identidade. Observa-se, no entanto, uma falta de comunicação e interoperabilidade entre os institutos, possibi-

tando ao cidadão brasileiro ter 27 documentos de identidade com números diferentes.

“A identidade civil, aos nossos olhos, é um mecanismo preventivo de segurança pública. Se você tem um sistema forte, consegue reduzir drasticamente tentativas de fraudes e de ilícitos contra instituições públicas, privadas e o próprio cidadão”, observou Paulo Ayran.

O secretário ressaltou que o modelo em construção do novo documento de identidade civil prevê uma integração total, onde existe um núcleo gestor, um núcleo operacional e as instituições conectadas, colaborando com o processo. E isso vai garantir a unicidade do cidadão dentro do sistema, onde ele vai usar o seu certificado digital e operar com segurança no mundo virtual.

A quantidade de aplicações que o sistema RIC vai oferecer é muito grande. Poderá ser usado na emissão da carteira nacional de habilitação, nos processos de registros eleitorais, cadastramento de estudantes do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), e no cartão do torcedor, entre muitas outras.

O RIC já é um dos maiores projetos do mundo - 150 milhões de brasileiros devem receber o documento em dez anos - e já desperta a atenção de países interessados em conhecer o que está sendo feito aqui.

A estimativa de investimentos em todo o projeto é de R\$ 1,5 bilhão e a ideia é criar um fundo nacional de identificação civil para que o sistema permaneça com o nível de qualidade e segurança que as instituições passam a exigir a partir de agora. “Não basta implantar o sistema, colocar banco de dados, coletores e leitores nos postos de identificação. É preciso manter isso, atualizar a tecnologia e estar sempre trabalhando em alto nível para evitar que o sistema se fragilize”, avaliou Paulo Ayran. Para o secretário, é certo que vai haver um processo sério de aculturação com o novo RIC. “O trato que se tem hoje com a carteira de identidade não será o mesmo com o cartão, pois se ele for danificado o cidadão terá de pagar outro”. **digital**

FALANDO A MESMA LÍNGUA

NOVO MODELO DEVE AMPLIAR O NÚMERO DE HOMOLOGAÇÕES

O novo modelo do Sistema de Homologação da ICP-Brasil, em vigor desde janeiro deste ano, deverá ampliar significativamente o número de sistemas e equipamentos de certificação digital homologados no País. Com o crescimento das aplicações no universo da ICP-Brasil, é preciso garantir ainda mais a segurança e interoperabilidade do sistema, com *smart-cards*, leitoras, *tokens* e *softwares* falando a mesma língua. “É do interesse comum que o sistema seja homogêneo, interoperável e seguro. O novo modelo está funcionando com sucesso, porque já existe a cultura, as aplicações demandam e a indústria sabe da importância da homologação”, avalia o diretor de Infraestrutura de Chaves Públicas do ITI, Maurício Coelho.

Ele explica que, de 2004 a 2010, o ITI custeou os testes feitos no Laboratório de Ensaios e Auditoria (LEA) do País, o LSI-TEC, porque era uma iniciativa pioneira no Brasil e também no mundo, pois, além da segurança, buscava a interoperabilidade do Sistema. “Era algo novo e complexo”. Hoje, após seis anos de operações, as regras já foram ajustadas, existem três níveis diferentes de homologação e a tendência é de crescimento da demanda do mercado por equipamentos homologados no padrão ICP-Brasil.

A homologação dos sistemas e equipamen-



“O novo modelo está funcionando com sucesso porque já existe a cultura”, avalia o diretor Maurício Coelho

tos deixou de ser gratuita, custeada pelo ITI, passando a ser paga pela empresa interessada. “Acreditamos que seis anos de investimento público foram suficientes para deslanchar o processo”.

Por enquanto, o LSI-TEC continua sendo o único LEA credenciado pelas novas regras estabelecidas na Instrução Normativa n° 8, de outubro de 2010. Alguns laboratórios já fizeram sondagens no ITI, mas ainda não há processo formalizado. Para se credenciar, o laboratório interessado deve, necessariamente, trabalhar com pesquisas científicas e não ter fins lucrativos. E passar pelos processos de auditoria e fiscalização do ITI, assim como passam as Autoridades Certificadoras e as Autoridades de Registro.

Além de garantir a segurança e a interoperabilidade da ICP-Brasil, os laboratórios credenciados pelo ITI deverão elevar o País a um novo patamar no estado da arte do desenvolvimento de inovações para a certificação digital, na avaliação de Adilson Guelfi, gerente técnico do LSI-TEC. Ele explica que, por ser uma experiência inovadora, o País teve de formar competências em relação à segurança física dos equipamentos e proteção contra ataques invasivos. E conseguiu um rigor técnico na homologação e certificação de produtos bastante satisfatório. “Esperamos que este padrão seja mantido mesmo com o aumento de demanda”. **digital**

DESAFIOS QUE VÃO ALÉM DO PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO

Apenas o civilmente identificado tem acesso à grande maioria dos serviços governamentais. Por exemplo, para solicitar um dos mais amplos programas sociais brasileiros, o Bolsa Família, é necessária a identificação civil do solicitante do benefício, o que deve ser feito via certidão de nascimento, carteira de identidade ou documentação equivalente. Dessa forma, a busca por uma identidade confiável é a procura por um estado atento às necessidades do seu cidadão e ao mesmo tempo capaz de gerenciar investimentos públicos com eficiência.

Fruto de um arranjo institucional com justaposição de órgãos e lacunas em vários aspectos a questão do registro e da identificação foi tratada de forma pouco estratégica ao longo da história do país. No entanto, a partir do ano de 2007, observou-se uma atuação mais consistente de alguns órgãos e de atores políticos, tanto do Legislativo como do Executivo, com o intuito de estabelecer novos processos para a emissão de documentos baseados na identificação inequívoca e unívoca do cidadão. Desse ponto de vista, ressaltam-se duas iniciativas: a construção de um banco nacional para a emissão de certidões de nascimento e a instituição do RIC – Registro de Identidade Civil, um sistema centralizado e baseado na biometria – no caso nas digitais dos dedos das mãos – do cidadão.

Para entender o quebra-cabeças da atual situação brasileira é necessário retomar algumas peculiaridades do sistema de registro e identificação do brasileiro. O registro civil se dá, inicialmente, por meio da emissão da certidão de nascimento. Esse serviço é prestado por 8.400 cartórios, espalhados pelo Brasil. Trata-se de um sistema extrajudicial, operado em regime privado, que goza de grande autonomia, o que permitiu que durante



PLUGAR BRASIL

muitos anos uma certidão de nascimento emitida em um determinado cartório pudesse conter informações diferentes das fornecidas por outro da mesma cidade. Além disso, cada cartório possuía o seu registro e, por conseguinte, número individual.

Isso significava que, em tese, podia-se registrar uma criança várias vezes em diferentes cartórios. Esses múltiplos registros fragilizam todo o processo de identificação, já que a certidão é o documento base para a emissão dos outros documentos, como RG, passaporte, etc. Em 2007 foi criado um grupo interministerial que começou a modificar essa realidade. Por meio de decretos e articulações com o judiciário brasileiro foi possível se chegar a padronização do papel e das informações

que constam nas certidões de nascimento, casamento e óbito emitidos, bem como a construção de um banco de dados centralizado.

No entanto, esse processo de substituição ocorrerá paulatinamente e as certidões anteriores não perderão a validade. Pelo período de pelo menos uma geração haveria a possibilidade de se manter os usos indevidos e a duplicidades de registro que as atuais certidões permitem. Dessa forma, a implantação do Registro de Identidade Civil (RIC) prevista para um prazo de 10 anos, contribui para a construção de um sistema de identificação mais robusto em um prazo menor. Além de individualizar o cidadão por seus dados biométricos, possibilitando a relação unívoca indivíduo-número RIC.

Em relação ao Registro de Identidade Civil, pode-se considerar o ano de 2009 com a sanção da Lei nº 12.058 como um marco. Essa legislação fez alterações à Lei 9.454, de 1997. A nova regra trouxe mudanças significativas, sendo uma delas o fato do RIC ter deixado de ser o número único, já que os outros documentos, como o próprio Registro Geral (RG), continuaram a ter validade e legalidade. Outro ponto relevante é que o RIC traz o cidadão para o mundo atual. Melhor explicando, está prevista a inclusão de um certificado digital, tecnologia de segurança, que permite identificar um cidadão de modo seguro no inseguro mundo da internet. Isso viabiliza a prestação de serviços, o comércio eletrônico e qualquer iniciativa que demande o cyber-cidadão identificado.

Da complementaridade e junção desses dois projetos que compõem o sistema de registro e identificação brasileiro – Certidão e RIC - salta aos olhos algumas questões fundamentais. A nova legislação da certidão de nascimento, ao instituir uma base de dados integrada em todos os cartórios, permitiu acompanhar os principais momentos da vida civil do cidadão, como o nascimento, casamento e falecimento. Já o RIC, no atual estado da arte, trata-se de um sistema só com “entrada”, ou seja, ainda não possui uma forma, por exemplo, de cancelar o número dos falecidos.

A falta de unificação da emissão dos documentos mantém a instabilidade do sistema e a

possibilidade de fraude. No entanto, no nosso entendimento, o mais grave é a falta de políticas complementares que viabilizem uma identidade cidadã, que leve em consideração a diversidade da sociedade brasileira e suas necessidades.

Por exemplo, fica clara a necessidade de uma legislação sobre proteção de dados, já que a informatização de todos esses processos trazem a possibilidade de uma assimetria informacional nas relações entre governo e cidadãos. Chegando ao extremo dessas possibilidades, e com uma certa dose de “teoria da conspiração”, pode-se imaginar que o RIC e a atual identificação biométrica viabilizariam o acompanhamento de todos os passos do cidadão, possibilitando controle indevido da vida do cidadão ou a invasão do direito constitucional a privacidade, com um poder de vigilância muito mais sutil do que a imaginada por George Orwell.

Além disso, a adoção de um certificado digital torna imprescindível um instrumento efetivo de inserção do brasileiro na sociedade em rede, impondo-se uma agenda de políticas públicas voltadas para a prestação de serviços eletrônicos. Isso significa a capacidade de se atender às demandas da sociedade pela Internet, sendo prestado na hora e a partir do local que o cidadão desejar. Por exemplo, poder requerer algum benefício, como licença maternidade, aposentadoria, auxílio desemprego, o Bolsa Família, entre tantos outros, a qualquer hora do dia ou da noite e sem que seja necessário o deslocamento até o órgão. Lembrando que pelas possibilidades tecnológicas atuais o cidadão poderia ser empoderado a demandar por informações/serviços de interesse próprio.

Dessa forma, para se garantir que a posse do cartão RIC tenha utilidade no cotidiano do brasileiro, é necessário que a busca por uma identidade confiável seja a procura por um estado atento às necessidades do seu cidadão. [digital](#)

Denise Direito é jornalista, mestre em Ciência Política, membro da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental e Assessora de Comunicação do ITI.

